



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

Ata Executiva

3ª Reunião da Subcomissão Executiva do PPCDAm

DATA

08 de março de 2023

LOCAL

Brasília - Ministério do Meio Ambiente, 8º Andar

PAUTA

Discussão sobre objetivos estratégicos, resultados esperados e linhas de ação para o Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

PARTICIPANTES

Consultar lista de presença

ASSUNTOS TRATADOS

O Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD/MMA), Sr. André Lima, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os representantes, titulares e suplentes, da Subcomissão Executiva do PPCDAm e demais convidados, e sugeriu que apresentassem suas contribuições aos objetivos estratégicos, aos resultados esperados e às linhas de ação para a construção do eixo I (Atividades Produtivas Sustentáveis), tendo por base os insumos encaminhados pelo MMA. Também reforçou a importância de se estabelecer poucas e boas ações, ações que possam, de fato, contribuir para a redução do desmatamento.

Na sequência, o Diretor indicado do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas (DPCD/SECD), Sr. Raoni Rajão, realizou uma apresentação, inicialmente, contextualizando sobre a realização do X Seminário Técnico-Científico de Análise de Dados Referentes ao Desmatamento na Amazônia Legal, apresentou a governança da agenda e a estrutura lógica que está sendo adotada para a construção do plano. Reforçou que o objetivo dessa reunião é a discussão das linhas de ação, dos resultados esperados e dos objetivos estratégicos do eixo I referente às atividades produtivas sustentáveis. No mais, sugeriu o prazo até dia 10/03 para os participantes encaminharem suas contribuições às planilhas encaminhadas para a devida sistematização por parte da equipe do MMA. Por fim, informou que, após as reuniões bilaterais que ocorrerão com os membros durante o mês de março, espera-se a realização de uma oficina de trabalho de 2 dias ao final deste mês visando a pactuação final das mencionadas planilhas que são parte estruturante da elaboração do PPCDAm 5ª Fase.

Finalizada a apresentação realizada pelo Sr. Raoni Rajão, o Secretário André Lima passou a palavra para os membros presentes.

Foram proferidas as seguintes manifestações:

1. Casa Civil/PR – Gabriel Lui



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

- Informou que a retomada do PPCDAm é um importante marco para o controle do desmatamento na Amazônia Legal e acrescentou que o desafio posto é quanto à implementação das ações que serão previstas no âmbito do eixo I (Atividades Produtivas Sustentáveis), que é historicamente o menos implementado;
- Relatou a importância de se buscar mecanismos para que todos os ministérios possam contribuir na construção da agenda, inclusive na perspectiva dos recursos disponíveis;
- Acrescentou a importância do tema referente à bioeconomia, que atualmente consta na estrutura de diversas pastas, tais como MMA, MDIC, Ministério da Fazenda. Ademais, informou sobre a importância de se estruturar uma Política Nacional de Bioeconomia, no sentido de concatenar esforços federais na definição de uma linha estratégica de atuação no tema;
- Também fez um convite para que todos os representantes da Subcomissão revisem as atividades/linhas de ação contidas nas fases anteriores do PPCDAm de forma a propor medidas inovadoras e mais ousadas que contribuam, efetivamente, para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

O Sr. André Lima agradeceu a intervenção e ressaltou a importância da definição de ações estruturantes e ações emergenciais no tocante ao eixo de atividades produtivas do PPCDAm. A título de exemplo, citou a agenda de concessões do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA) para fins de restauração florestal.

2. Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Secretaria Nacional de Bioeconomia Srª Karina

- Resgatou a importância do tema bioeconomia e informou que 11 ministérios já contam com setores que atuam no tema, estruturados ou em estruturação;
- Ressaltou a importância de assegurar a inclusão econômica dos atores que protegem as florestas e reforçou a necessidade de buscar atuação em agendas concretas relativas às atividades produtivas sustentáveis. Também reforçou a necessidade de implantar infraestruturas específicas, valorizar as cadeias produtivas, e estabelecer uma Política Nacional de Bioeconomia;
- Ressaltou a importância da compatibilização de iniciativas de modo a não gerar novas pressões sobre a proteção dos serviços ecossistêmicos.

O Secretário André Lima reforçou a importância de infraestrutura específica para garantir a valorização das cadeias produtivas locais e o fortalecimento da implementação da bioeconomia no âmbito da Amazônia Legal. Acrescentou que o foco das políticas públicas deve ser direcionado aos atores que atuam na linha de frente do combate ao desmatamento e mantêm o ativo florestal.

3. Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável Sr. Daniel Viegas

- Informou que as atividades de comando e controle são importantes, mas não suficientes para o controle do desmatamento na Amazônia, o que deve vir acompanhado pelo fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis e, por sua vez, pela implementação da bioeconomia na região;
- Reforçou a importância do governo dar mais atenção às cadeias produtivas sustentáveis, inclusive com medidas que garantam o ganho de escala e o atendimento aos mercados locais. Neste sentido, apontou que muitas normas precisam ser criadas e ajustadas no sentido de viabilizar essas atividades;
- Pontuou a importância de políticas de subsídio e fomento, assistência técnica e extensão rural (ATER), industrialização da produção, compra pelos poderes públicos e regularização fundiária.



O Secretário André Lima reforçou que o desafio é enorme nessa agenda e citou, por exemplo, a dificuldade na implementação efetiva de um mercado de carbono na Amazônia Legal.

4. Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais Srª Rita Mesquita

- Informou que, antes de discutir a estruturação de uma Política Nacional de Bioeconomia, é importante definir o conceito que vem sendo empregado;
- Reforçou a fala do Sr. Daniel Viegas no sentido de informar que o governo tem um importante papel em fomentar as cadeias produtivas sustentáveis, uma vez que tem um grande poder de compra e pode garantir o ganho de escala desses mercados;
- Defendeu que as áreas especialmente protegidas têm potencial para a implementação e o fortalecimento da bioeconomia na região Amazônica e acrescentou que já estão discutindo internamente no âmbito da secretaria as contribuições a serem aportadas ao PPCDAm 5ª Fase, inclusive por meio de projetos já existentes.

O Secretário André Lima agradeceu a intervenção realizada e acrescentou que sente falta do Ministério do Turismo e da Embratur participando dessa discussão.

Gabriel Lui reforçou a importância da agenda das compras públicas para o fomento e valorização das cadeias produtivas sustentáveis. Destacou iniciativa realizada na 4ª fase do PPCDAm, referente à inclusão do uso de produtos madeireiros e não madeireiros provenientes de manejo florestal sustentável como critério de sustentabilidade nas contratações públicas federais, reforçando os pontos levantados pela Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais.

5. Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) – Pedro Neto

- Citou alguns projetos já em execução e outros que estão sendo desenvolvidos no âmbito do MAPA que podem auxiliar no fortalecimento da agenda de bioeconomia. O primeiro foi o Programa “Norte Mais Sustentável”, iniciativa em andamento e contando com o envolvimento do SFB e do Incra; o segundo foi o Programa “Rural Sustentável Amazônia”;
- Reforçou que o MAPA pode contribuir principalmente para o atingimento do resultado 1.1 (Promoção da bioeconomia na Amazônia) e que sentiu falta do envolvimento da Embrapa nas análises solicitadas pelo MMA para a construção do PPCDAm 5ª Fase;
- Informou também que o MAPA conta com 2 projetos de cooperação internacional com o governo alemão direcionados para a produção de cacau e para a pecuária no Estado de Rondônia;
- Também informou que o MAPA pode auxiliar na agenda referente à rastreabilidade da madeira e de outros produtos agrícolas, importantes linhas de ação para o controle do desmatamento na região;
- Reforçou a importância da articulação com os demais entes federativos, no caso os estados e os municípios, bem como o apoio que o Observatório da Pecuária Brasileira pode oferecer no tema de dados e informações para a atuação em áreas prioritárias para o controle do desmatamento na Amazônia Legal.

O Secretário André Lima agradeceu a intervenção do representante do MAPA e reforçou a importância de se discutir o Plano Safra para a implementação desse eixo, principalmente na definição de recursos que podem ser direcionados para garantir o fortalecimento da produção sustentável na região. Neste sentido, sugeriu a realização de uma reunião bilateral com o MAPA para um melhor detalhamento sobre o Plano Safra e as atividades produtivas sustentáveis na Amazônia.



Por fim, o Sr. Daniel Viegas (MMA) sugeriu vincular a GTA (guia de transporte animal) ao CAR, o que pode auxiliar, principalmente, na implementação das ações do eixo de comando e controle do PPCDAm.

6. Ministério da Fazenda

- Reforçou a importância dos mecanismos econômicos e financeiros para diferenciar os produtores rurais no tocante ao mercado de crédito agrícola, favorecendo aqueles que atuam em bases sustentáveis. Ademais, apontou a importância dos registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que deve ser validado e homologado no sentido de garantir a devida segurança ao sistema financeiro e suas diversas instituições no momento de concessão de créditos. Destacou iniciativas já em implementação como a concessão de limite de crédito maior para proprietários com CAR homologado, o Programa ABC e a CPR Verde. Concorda que uma das linhas de ação prioritárias no âmbito do PPCDAm é o aprimoramento dos sistemas de CAR estadual e federal visando garantir um processo mais efetivo de validação e homologação dos cadastros inscritos;
- André Lima mencionou o tema dos títulos da dívida atrelados à performance ambiental e solicitou agenda sobre o assunto.

O Sr. Raoni Rajão ressaltou os avanços já ocorridos como a integração do Sicar ao Sicor/Bacen, destacou a importância da rastreabilidade, inclusive como instrumento de apoio às exportações brasileiras. Acrescentou que já existem iniciativas de aprimoramento do processo de validação no âmbito dos sistemas CAR, principalmente no âmbito estadual. Essas iniciativas ainda precisam ser incorporadas ao sistema federal.

Por fim, o Secretário André Lima ressaltou que parte do desmatamento recente ocorreu em cadastros que já haviam sido homologados no sistema. Sugeriu que os estados e o Governo Federal realizem os devidos ajustes nos sistemas de cadastro no sentido de evitar incongruências e, adicionalmente, sugeriu que o sistema financeiro crie soluções de crédito diferenciadas para cada tipologia prevista de cadastro. Finalizou informando que essas questões atualmente geram insegurança na atuação do sistema financeiro e creditício para o processo de financiamento das atividades produtivas na Região Amazônica.

7. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – Secretário de Governança Fundiária Sr. Moisés Savian

- Informou que a definição dos recursos do MDA destinados à agricultura familiar será feita tendo por base as linhas de atuação do PPCDAm e observando a realidade da Região Amazônica;
- Também informou que a destinação de recursos e esforços institucionais do MDA será discutida conjuntamente com o MMA visando a atuação nas áreas prioritárias para o controle do desmatamento, principalmente focado na destinação de glebas públicas;
- Mencionou instrumentos do MDA que podem contribuir para a implementação do PPCDAm: Crédito para agricultura familiar; Assistência técnica e extensão rural (ATER), que dispõe de R\$ 200 milhões para 2023; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que demanda articulação interfederativa pois a execução é dos municípios, Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade;
- Reforçou a importância da articulação federativa com os demais entes, estaduais e municipais, visando a implementação das ações a serem definidas para o eixo de atividades produtivas sustentáveis;
- Em relação ao Plano Safra, destacou o calendário curto para o lançamento do novo plano, que deve ocorrer em abril;



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

- Também ressaltou a questão da “reconcentração fundiária” nos assentamentos rurais como importante tema a ser observado na construção do PPCDAm 5ª Fase;
- Informou que irão contribuir de forma mais concreta no eixo referente ao ordenamento fundiário e territorial.

8. Censipam – Rafael

- Reforçou a importância do mapeamento das cadeias que já existem, ouvindo comunidades e institutos locais. Destacou a importância do turismo, da recuperação florestal e do mercado de carbono. Apoiou a ideia da possível política nacional de bioeconomia. Registrou a importância da rastreabilidade da carne, da soja e da madeira para evitar “esquentamento” de produções irregulares.

9. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) - Ana Heloisa

- Informou que o tema sobre a bioeconomia foi recentemente apropriado pelo MDIC, que definiu em sua nova gestão uma secretaria específica (Secretaria de Economia Verde). No mais, sugeriu a realização de reuniões bilaterais para discutir a forma como o MDIC pode contribuir para a construção do PPCDAm 5ª Fase, inclusive na perspectiva da identificação e envolvimento de outros setores industriais para além do agropecuário;
- Acrescentou que a atuação prioritária do MDIC nessa gestão é a implementação de mercados de carbono, principalmente no sentido de garantir incentivos aos atores que mantêm o ativo florestal em suas propriedades, visto que a maioria dos atuais incentivos estão na linha da restauração florestal. Mencionou ainda a agenda de boas práticas “ambiental, social e de governança” (ESG) e mobilização de créditos (títulos verdes) para negócios da bioeconomia;
- Citou que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) recentemente editou norma que permite a incorporação de créditos de carbono como asset em fundos de investimento.

Karen Cope (Casa Civil) expressou preocupação com a possibilidade de fragmentação setorial das discussões sobre o mercado de carbono. É preciso definir um arranjo institucional para discutir e amadurecer as ideias sobre este assunto.

José Ricardo do MDIC mencionou que há um levantamento de ações que ele pode compartilhar referente a estudos sobre atividades produtivas na Amazônia Legal. Mencionou ainda a importância do Centro de Bionegócios da Amazônia como entrega dos 100 dias. Destacou que uma importante frente de trabalho é o financiamento do reflorestamento (bancos públicos, fundos constitucionais, fundos setoriais).

10. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Srª Katia Torres

- Informou sobre a importância das normas para fomentar as cadeias produtivas locais para alimentar a indústria que atua na restauração florestal;
- Destacou a importância da governança das áreas com participação das organizações sociais para reduzir o risco de instrumentos trazerem cisão e não sinergias. Registrou a necessidade de fortalecimento de organizações e comunidades. Mencionou a importância do esforço pra estruturação de cadeias locais de restauração.

O Secretário André Lima informou sobre reunião ocorrida em Manaus em que o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) apresentou uma pauta objetiva e consistente ao MMA.



11. Casa Civil/PR – Srª Livia Borges

- Reforçou a importância de se observar, na construção do PPCDAm, o tema referente à indústria de base florestal, seja no eixo de monitoramento e controle ou no de atividades produtivas. Esses temas se desdobram na questão da rastreabilidade da madeira e no fomento às cadeias produtivas sustentáveis na perspectiva da indústria.

12. Ministério dos Povos Indígenas – Srª Suliete

- Reforçou a importância do fomento às cadeias produtivas dos povos indígenas e contextualizou os presentes quanto às invasões e ao desmatamento que vêm ocorrendo em seus territórios;
- Ressaltou a questão dos cadastros do CAR sobrepostos a Terras Indígenas (TI) e a necessidade das devidas revisões e ajustes nos sistemas estaduais e federal;
- Informou que uma das prioridades de atuação do Ministério dos Povos Indígenas é a implementação da agenda de gestão territorial em TI, em especial a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), uma vez que, para os povos indígenas, a questão territorial é ligada à educação, à saúde e ao meio ambiente.
- Ressaltou a importância da participação dos povos indígenas nas discussões de assuntos que digam respeito a eles.

O Secretário André Lima agradeceu a fala da representante do Ministério dos Povos Indígenas e reforçou a importância da PNGATI e de sua implementação, o que deve ser ressaltado no âmbito do PPCDAm.

13. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) - Alfredo Pereira

- Informou que possuem uma secretaria na nova estrutura do MCTI que trata do tema da bioeconomia e que o MCTI tem diversos projetos pilotos que buscam o fortalecimento dessa pauta. Compartilhou a expectativa de que os temas relacionados à agrobiodiversidade e tecnologias sociais voltem a ser discutidos. Informou que enviarão maiores contribuições ao MMA no sentido de subsidiar a construção do PPCDAm 5ª Fase.

14. Ministério da Fazenda – Sr. Mathias Cardomingo

- Reforçou a importância de valorizar cadeias produtivas já existentes e mencionou várias iniciativas em andamento (levantamento de embarcações fluviais/pesqueiras, títulos verdes, classificação de atividades produtivas sustentáveis, estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental de projetos de infraestrutura, plano de recuperação verde, bolsa verde, entre outros);
- Informou que fizeram apontamentos na tabela, que será enviada posteriormente. Teceu considerações sobre o desenvolvimento endógeno e dinâmica local dos diversos territórios da Amazônia. Reforçou a importância do incentivo às atividades sustentáveis e do processo de consulta livre, prévia e informada. Destacou relevância da agenda taxonômica de classificação de títulos e atividades, e criação de selos. Ressaltou que vários órgãos trabalhando com bioeconomia exigirá grande esforço de governança e orquestração. Mencionou ainda a necessidade de coordenação com o Plano de Recuperação Verde, idealizado pelo Consórcio dos Governadores da Amazônia.

15. Ministério de Minas e Energia – Dione Macedo e Rita Silva



Comissão Intermínisterial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

- Informaram que o MME tem um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com as cooperativas de mineração de duração de 2 anos visando garantir a produção mineral sustentável e responsável. Informaram que essa agenda envolve a capacitação dos atores locais em direito minerário;
- Ademais, informaram que possuem outras iniciativas em caráter piloto pelo MME, inclusive com a participação da ANM;
- Informaram que estão elaborando um projeto com Banco Mundial intitulado “Mineração e sociedade”, que será realizado em quarenta municípios e cujo foco é discutir o uso e implementação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) (“royalties” da mineração), dentre outras atividades. Neste sentido, solicitam a realização de uma reunião bilateral para definir melhor as linhas de atuação do MME junto ao PPCDAm 5ªFase.

16. Funai - José Augusto, da coordenação de etnodesenvolvimento.

- Registrhou a importância dos esforços para geração de renda e garantia das populações indígenas como beneficiários ativos das políticas públicas. Levantou a preocupação com o fornecimento da ATER, o acesso a políticas públicas, a documentos e crédito de forma mais amigável aos povos indígenas. “Queremos que os indígenas permaneçam como indígenas”.

O Secretário André Lima ressaltou a importância da Funai para o fornecimento de aportes que possibilitem a priorização dos povos a serem atendidos.

17. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) – Srª Fernanda

- Informou sobre o resgate do Fundo Amazônia e o restabelecimento do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e acrescentou que estão redefinindo as diretrizes de acesso ao fundo. Informou que apoiaram bastante a implementação da agenda do CAR e que o desafio atual é definir como o banco pode apoiar a construção e a implementação das ações a serem estabelecidas no PPCDAm 5ª Fase.

**18. Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Diretor indicado do Departamento de Áreas Protegidas (DAP)
Sr. Pedro Cunha e Menezes**

- Reforçou a importância, no âmbito da implementação da agenda de restauração florestal, que sejam priorizados territórios que garantam a conectividade entre as áreas protegidas já estabelecidas e fragmentos florestais relevantes na região. Mencionou que estamos na “Década da Restauração”.

Também estiveram presentes representantes de outras instituições, que deverão repassar suas contribuições posteriormente ou durante as reuniões dos próximos eixos.

Nada mais havendo para tratar, o Secretário André Lima encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e todas e reiterando a necessidade de encaminhamento da planilha de linhas de ação, objetivos e resultados esperados até a próxima sexta-feira (10/03/2023).

ENCAMINHAMENTOS

- i) Encaminhar contribuições até o dia 10/03/2023 para as devidas consolidações que se fizerem necessárias.



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

- ii) Agendar reuniões bilaterais com MME, MDIC e MDA (para discutir destinação de recursos e esforços institucionais).